



O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO PPC 2012 DO CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E A PARTICIPAÇÃO ESTUDANTIL

CARLA PATRÍCIA MOREIRA VILA NOVA²⁸

RESUMO

O objetivo deste trabalho foi analisar e pesquisar a participação dos discentes do Curso de Bacharelado em Ciências Sociais na Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) e do Diretório Acadêmico de Ciências Sociais (DACs) na mudança do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) no ano de 2012. A conclusão é que a participação dos estudantes foi mínima, por diversos motivos desde falta de estímulo por parte do corpo docente, até a descrença e apatia dos discentes.

PALAVRAS-CHAVE: Participação. Diretório Acadêmico de Ciências Sociais. Projeto Pedagógico do Curso 2012. Docentes. Discentes.

ABSTRACT

The objective of this work was to analyze and research the participation of students of the Bachelor's Degree in Social Sciences at the Federal Rural University of Pernambuco (UFRPE) and the Academic Directory of Social Sciences (DACs) in changing the Pedagogical Course Project (PPC) in the year 2012. The conclusion is that the participation of students was minimal, for several reasons, from the lack of encouragement from the faculty, to the disbelief and apathy of the students.

KEYWORDS: Participation. Academic Directory of Social Sciences. Pedagogical Project of Course 2012. Professors. Students.

Introdução

Nos últimos anos o Curso de Bacharelado em Ciências Sociais da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) passou por uma mudança considerável na grade curricular do Curso, a partir da reformulação do PPC (Projeto Pedagógico do Curso). Para essa alteração, o processo de decisões e deliberações se deu na instância do MEC, do corpo de docentes do curso, da coordenação e do quadro técnico-administrativo da UFRPE. Portanto nesse artigo apresentamos uma pesquisa que teve como ponto de partida a hipótese de que a participação dos discentes nessa mudança da grade curricular não se apresentou de

²⁸ Bacharela em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). E-mail: carlavilanova@gmail.com



forma clara.

Dessa maneira a pesquisa, teve por objetivo avaliar a implantação do novo projeto pedagógico do curso em 2012 e qual foi o nível de envolvimento e participação estudantil neste processo, ao mesmo tempo verificar a atuação da docência, da coordenação e do quadro técnico-administrativo no curso de Ciências Sociais da UFRPE, no estímulo e integração a participação dos universitários na implantação do novo PPC em 2012 se apresentou de forma desinteressada e ausente.

A pesquisa se apresentou relevante dada à necessidade de identificar os caminhos da participação democrática do DACS e dos discentes, nas deliberações referentes ao curso de Ciências Sociais, como também diagnósticos que possam ao longo e curto prazo contribuir, indicando vetores de conscientização e mudança na participação política do estudante do curso de ciências sociais, e uma maior abertura do corpo docente e do quadro administrativo sobre como tornar o espaço acadêmico mais democrático.

Buscamos como marco teórico principal o conceito de participação e democracia, pois o conceito de participação está ligado diretamente a política dos movimentos sociais e estudantis. A pesquisa a respeito da participação estudantil no curso de Ciências Sociais, na UFRPE, foi baseada no procedimento metodológico qualitativo que teve como objetivo entender de forma interpretativa, os motivos de uma possível baixa na participação estudantil no processo de implantação do PPC de 2012 do curso de Ciências Sociais. Pois segundo Minayo,

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos a operacionalização de variáveis. (MINAYO, 2002, p. 21-22)

Os sujeitos da pesquisa foram os discentes que participaram do DACS em 2012 e os demais estudantes, a coordenação do curso e seu quadro administrativo, e o quadro de docentes ligados ao curso em 2012. A investigação da pesquisa focou o olhar nos possíveis motivos da falta de participação dos discentes nas decisões de mudança do PPC.

Participação e movimento estudantil

O conceito participação tem seu caráter também educativo de cooperação e de solidariedade que formam as bases das forças coletivas dos movimentos sociais que segundo Gohn, “A consciência gerada no processo de participação num movimento social leva ao



conhecimento das condições de vida de parcelas de população, no presente e no passado”(GOHN,1992, p. 20).

Diante disso, existe uma cultura e identidade inserida nos processos de participação gerando um pertencimento a uma demanda social ao qual se deseja transformar numa determinada localidade na sociedade. Como nas palavras de Gohn:

A cultura da participação exige para seu desenvolvimento, que não haja condicionantes ou imperativos externos. A liberdade é a sua categoria central. A participação dos indivíduos deveria ser feita objetivando não apenas um bem material imediato, ainda que extremamente necessário, mas também o crescimento daquele ser enquanto indivíduo, estimulando o desabrochar de seu potencial humano, de sua individualidade, aspirações e desejos. Ou seja, o amadurecimento de sua personalidade. A nível das ações coletivas, os princípios básicos que deveriam estar presentes são os da tolerância, do respeito à pessoa do outro, da existência de certas regras de civilidade e o uso do método da discussão e da persuasão como forma de estruturar as ações, as reivindicações, as propostas etc. Ou seja, o coletivo deve ser o cenário, o espaço de construção das vontades, através do pluralismo das ideias, de seus confrontos e da formulação de linhas comuns que possibilitem a canalização das vontades individuais em vontades coletivas. (GOHN,1992, p. 108).

Gohn, (1992) apresenta a visão de participação como um lado holístico e individual, é a persona em si pensando a nível de ações coletivas, para transformação do meio social em que vive de forma pluralista respeitando as individualidades e as coletividades. Desse modo, criando um campo de cultura política com fortes bases na participação.

O movimento estudantil, antes de tudo, é um movimento social, onde durante aproximadamente três séculos os estudantes atuaram nas lutas e resistências dos processos sociais e políticos do Brasil. Teoricamente, definir o conceito de movimento social como objeto de estudo se torna algo complexo e desafiante, pois o movimento social se encontra presente em vários âmbitos sociais, com demandas de todos os tipos ligadas ao meio trabalhista, político, educacional, ambiental, de gênero, popular entre outros. Segundo Gohn, movimento social refere-se à ação dos indivíduos na história. Esta ação envolve um fazer por meio de um conjunto de procedimentos - e um pensar - por meio de um conjunto de ideias que motiva ou dá fundamento à ação. (GOHN, 2007).

Contudo, existem vários paradigmas para explicar o conceito de movimentos sociais que podem ser utilizados de acordo com o contexto do qual se queira analisar cientificamente, ou seja, não existe um conceito geral e definitivo para análise teórica dos movimentos sociais. Porém Gohn, assume, segundo ela, o risco de formular uma ampla conceituação



sobre movimentos sociais:

Movimentos sociais são ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil. As ações se estruturam a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em conflitos, litígios e disputas vivenciadas pelo grupo na sociedade. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva para o movimento, a partir dos interesses em comum. Esta identidade é amalgamada pela força do princípio da solidariedade e construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo, em espaços coletivos não-institucionalizados. Os movimentos geram uma série de inovações nas esferas públicas (estatal e não-estatal) e privada; participam direta ou indiretamente da luta política de um país, e contribuem para o desenvolvimento e a transformação da sociedade civil e política. Estas contribuições são observadas quando se realizam análises de períodos de média ou longa duração histórica, nos quais se observam os ciclos de protestos delineados. Os movimentos participam por tanto da mudança social histórica de um país e o caráter das transformações geradas poderá ser tanto progressista como conservador ou reacionário, dependendo das forças sociopolíticas a que estão articulados, em suas densas redes; e dos projetos políticos que constroem com suas ações. Eles têm como base de suporte entidades e organizações da sociedade civil e política, com agendas de atuação construídas ao redor de demandas socioeconômicas ou político-culturais que abrangem as problemáticas conflituosas da sociedade onde atuam. (GOHN, 2007, p. 251-252)

No processo histórico dos movimentos estudantis institucionalizado no Brasil, a UNE foi a pedra fundamental e um marco na participação estudantil na luta política e social. No final da década de 60, na prática intensa da participação política, em meio a um regime militar instaurado, os estudantes adquiriram um protagonismo através de uma imensa consciência participativa e de forma progressiva, se tornando uma prática cotidiana e com isso acumulando experiências de participação que entraram para história dos movimentos sociais no Brasil e no mundo. Como afirma Mesquita:

As manifestações e lutas estudantis ocorridas em várias cidades do mundo, suas bandeiras e reivindicações, são uma demonstração deste momento que não só não foi esquecido, como foi fortemente ressignificado, anos depois, de maneira positiva, tornando-se emblemática de um período de lutas. Além disso, como veremos os movimentos estudantis - e de maneira realçada os da década de 1960 - foram, visivelmente, o primeiro paradigma de participação do movimento juvenil no Brasil, assumindo um ideal daquilo que devem ser a política e a participação. (MESQUITA, 2009 p. 28).



Com isso a participação do movimento estudantil no Brasil no final da década de 60, foi um marco na tentativa de emancipação da democracia, como também na modificação das estruturas econômicas, políticas e culturais.

A trajetória do curso de Ciências Sociais na UFRPE e a participação estudantil

Falar sobre a história e trajetória da fundação e a manutenção do Curso de Bacharelado em Ciências Sociais da UFRPE se torna algo desafiante, pois não há uma bibliografia oficial nem específica sobre o assunto. Essa história precisa ser contada a partir de um processamento informacional de documentos históricos sobre a concepção do curso disponibilizados em ambientes ligados ao curso na UFRPE.

Dessa forma, historicizar a participação estudantil desde a fundação do curso em Bacharelado em Ciências Sociais na UFRPE, também se torna um desafio grande, por não haver uma bibliografia oficial que discorra sobre o tema, apenas se torna possível escrever sobre a trajetória da participação estudantil do Curso de Ciências Sociais na UFRPE com o relato de ex-alunos da época da fundação do Curso, por meio de entrevistas aos mesmos, como também de técnicos administrativos e principalmente discentes que fizeram parte dos DACS (Diretório acadêmico de Ciências Sociais), da época.

O curso de Bacharelado em Ciências Sociais da UFRPE foi criado em 1990, com ênfase em Sociologia Rural, após a extinção do curso de Estudos Sociais que tinha ênfase em Moral e Cívica, naquela época o objetivo dos cursos da UFRPE era formar profissionais ligados ao desenvolvimento agrário do Estado de Pernambuco através de projetos criados pelo Governo Federal que promovia políticas estruturais desenvolvimentistas através do programa PDRI²⁹ (Programa de Desenvolvimento Rural Integrado), desde de 1980.

Com isso a justificativa de dar ênfase a Sociologia Rural no curso de Bacharelado em Ciências Sociais se tornava importante dado a necessidade da intervenção do olhar do sociólogo nessa estruturação desenvolvimentista do meio rural.

Em 1991 foi implantada a 1ª Matriz Curricular do Curso de Ciências Sociais, juntamente com seu PPC, onde foi iniciado o primeiro ingresso no curso por meio do vestibular, que na época foram oferecidas 60 vagas que se dividiam em duas entradas no turno da noite, com regime de créditos, totalizando uma carga horária de 2.490 horas.

O currículo do Curso de Ciências Sociais em 1991³⁰ era composto de 34 disciplinas obrigatórias e 2 disciplinas optativas, devendo o discente cumprir um Estágio Obrigatório de 120

29 WILKINSON, J. O estado, a agricultura e a pequena produção [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008, 229 p. ISBN: 978-85-9966-271-7. Available from SciELO Books .

30 Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Ciências Sociais aprovado pelo CEPE conforme Resolução 123/90 e homologado pelo conselho Universitário, conforme Resolução 84/90.



horas e produzir uma monografia também de 120 horas com orientação de um docente.

Todavia o Curso de Ciências Sociais da UFRPE não obteve seu reconhecimento por meio do MEC em tempo hábil, pois no processo de reconhecimento desde a sua fundação em 1990 até 1996, apenas haviam 11 discentes que tinham concluído o curso. Dentre as dificuldades que os discentes encontravam, para concluir as horas do Estágio Obrigatório e a Monografia, ambos determinantes para conclusão do curso, era o baixo contingente de professores orientadores que não davam conta de orientar aproximadamente 100 alunos que na época se encontravam no processo de conclusão. O ex-aluno Y explica:

Tinha as demandas específicas do curso de ciências sociais. Por exemplo: era a contratação de professores. Porque o corpo docente nosso era um corpo docente já um pouco envelhecido e que, a nosso ver, tinha muita gente que não levava muito o curso à sério: via o curso mais como “cabide de emprego”. E a qualidade do ensino era muito fraca. E aí a gente tinha essas lutas locais (mais verba para pesquisas), que eram poucos alunos que faziam pesquisa de PIBIC, CNPq. Era quase que um status quo ser um pesquisador. Porque eram poucas pessoas. E, também, a questão do reconhecimento do curso, que era a bandeira maior. E não entrava na cabeça da gente, saber que um dia todo mundo ia se formar e não ia ter direito ao diploma. Porque o curso não era reconhecido. Então, isso foi uma grande vitória. Que já era anterior a minha geração. Era a geração do aluno R, que já era protagonista nessa luta. (Ex-aluno Y em entrevista realizada em 12/08/2017).

Diante da circunstância era de grande importância encontrar meios onde os discentes tivessem oportunidade para concluir o curso. Com isso a Pró-Reitora Acadêmica na época, a Prof.^a Cristiane Farrapeira e o CEPE (Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão) tomaram as decisões cabíveis, onde as soluções foram de substituir a disciplina de Monografia por duas disciplinas optativas de 60 horas cada, que seriam para os alunos que não haviam concluído. Outra decisão tomada foi de substituir o Estágio Obrigatório Supervisionado, por duas disciplinas de 60 horas cada, para os alunos que não conseguiram realizar o Estágio Obrigatório.

Dessa forma, o curso de Ciências Sociais na UFRPE funcionava visivelmente de forma precária em sua primeira Matriz Curricular, com um baixo contingente de rendimento por parte dos discentes, portanto, uma das maiores lutas do movimento estudantil a partir de 1997 por meio do Diretório Acadêmico do Curso de Ciências Sociais, foi a participação estudantil na luta para o reconhecimento do curso. Sobre isso o ex-aluno Y diz:

Eu tive a sorte, de quando entrei no curso, o DA ser um DA organizado e com uma representatividade muito forte e ativa, no movimento. Era a geração dos alunos



R, P e B, entre outras figuras que, agora, foge à memória. Mas que eram pessoas que vinham d'uma luta de reorganização do DA de sociologia. Assim como, também, de luta pelo reconhecimento do curso de ciências sociais. Eram muito participativos e fazia [sic] todo um trabalho de sensibilização junto aos estudantes pra que houvesse participação nas discussões que competiam ao corpo discente. (Ex-aluno Y em entrevista realizada em 12/08/2107).

Além da grande participação estudantil do DACS em 1997 pelo reconhecimento do curso haviam lutas e desafios relacionados a conjuntura política daquela época que almejava privatizar as universidades públicas como relata o ex-aluno Y

A grande luta do movimento estudantil foi pela defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade. Nós estávamos vivendo na época da era FHC. Cujo propósito neoliberal, entre outros, era a privatização das universidades. Isso era uma bandeira de luta que unia não só o DA de sociologia como, também, diversos DAs (como o próprio DCE). Era a grande bandeira de luta nossa. Era a luta contra a privatização das universidades. Outra bandeira de luta que a gente tinha era contra o Provão. Nós não acreditávamos, na época, que o Provão viesse ser um indicativo pra medir a qualidade do ensino; e que só serviria como indicativo pra privatizar as universidades. Uma vez que o Paulo Renato, que era o então ministro de FHC, estava usando isso como medida pra poder desclassificar os cursos que não tivesse uma média boa e, com isso, naturalmente, as universidades deixar de oferecer... ofertar o curso. E nós via [sic] isso como algo negativo. Então, toda nossa luta em torno do movimento estudantil foi, justamente, nessas bandeiras maiores, de defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade. (Ex-aluno Y em entrevista realizada em 12/08/2017).

No decorrer do curso de Ciências Sociais o PPC e a grade curricular passaram por algumas atualizações. A primeira atualização da matriz curricular por meio do processo nº 23082.015447/97 ampliava a ênfase sobre o setor rural nas áreas de sociologia, de antropologia e das áreas complementares, porém esta primeira atualização da grade curricular foi sustada pelo CEPE (Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão) da UFRPE. A justificativa dessa sustação é que exatamente neste período o Curso de Bacharelado em Ciências Sociais seria submetido a uma avaliação pela comissão de especialistas do MEC que iria até a UFRPE averiguar as condições do curso para seu devido reconhecimento.

O curso de Bacharelado em Ciências Sociais da UFRPE veio a ser reconhecido pelo MEC por meio da portaria de Nº 1169 em 29.11.1999 do Ministro da Educação professor Paulo Renato, porém a segunda Matriz do Curso de Ciências Sociais que foi utilizada para reconhecimento do Curso não foi implementada por questões administrativas internas.



Com isso, uma nova matriz curricular apenas veio a ser analisada e aprovada de fato, oito anos depois de sua formulação em 1997, entre os anos de 2004 e 2005, conforme decisões das seguintes instâncias administrativas:

- CCD do Bel. Em C. Sociais - Decisão 12/04 de 07.10.04. Processo 23082.02146/2005;
- Câmara de Ensino e Graduação - Decisão 105/2005 Processo 23082.02146/2005;
- Conselho de Ensino e Graduação: Resolução 319/2005 de 17.09.05

Após a criação da primeira grade curricular e do projeto pedagógico do curso, a justificativa era de que em virtude da primeira atualização da grade curricular não ter sido implantada, o que justificou o reconhecimento do curso apenas em 1999.

Nesse contexto, houve um entendimento entre a Pró-Reitoria de Ensino e Graduação (Professora Maria José de Sena), a Coordenação do curso (Professora Selma Rodrigues) e a Coordenadora Geral de Avaliação do INEP³¹ (Professora Iara Moraes Xavier), que era de real importância que a segunda atualização da matriz curricular do Curso de Bacharelado em Ciências Sociais da Ufrpe, fosse implantada.

Assim em 2006 a segunda Matriz Curricular e o Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Ciências Sociais na Ufrpe foram implantados, antes da nova reavaliação pelo MEC, onde a preocupação era evitar problemas devido a não implantação da primeira atualização da Matriz Curricular.

A segunda atualização da matriz curricular foi dividida em duas áreas de concentração no qual contemplava os processos sociais do espaço rural e urbano onde o discente optava em aprofundar-se em uma dessas áreas.

Em relação ao conteúdo programático da citada matriz curricular, ampliava e aprofundava a formação do discente em três eixos ligados a Sociologia, Antropologia e Ciência Política, aprofundando assim o conhecimento aos discentes, principalmente àqueles que pretendiam se candidatar ao mestrado. Deste modo promovendo o estímulo e a autonomia intelectual e à capacidade de análise e pesquisa dos discentes, contemplando áreas de pesquisa acadêmica e não acadêmicas, com capacidade de atuar em pesquisas relacionadas à área urbana e rural.

Um importante detalhe nessa segunda atualização da grade curricular foi a permanência da disciplina Elementos de Estatística, que considero de suma importância, pois fornece um refino ao pesquisador no mercado de trabalho, por esta disciplina fornece apoio direto a pesquisa tanto quantitativa quanto qualitativa. Porém a forma como essa disciplina foi

31 Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC).



ministrada, ao longo dos anos, não era adequada ao curso de Ciências Sociais, e com isso gerou muitas reprovações, fazendo com que essa disciplina se tornasse inútil para o objetivo a que se determinava.

Em paralelo ao início do processo de implantação do PPC em 2003 e 2004, até o momento atual, a trajetória da participação dos estudantes e do DACS, como também do movimento estudantil de forma geral, começou a arrefecer, esse momento de “vácuo” da participação estudantil no curso de Ciências Sociais e do DACS se justifica de acordo com a percepção do professor N:

[...] de alguma forma, do governo Lula pra cá, você identifica, teoricamente, esse governo, mais nesse canto, então isso, e boa parte das militâncias, das lideranças, eles terem sido chamados pra integrar um novo governo, isso também desestimulou ou, de alguma forma, o governo ganhou uma espécie de um crédito, ou ganhou um fôlego no sentido de ter muitas pessoas que, nos anos oitenta, fazia parte, no campo das esquerdas, que era militante, que lutava, cobrava, e agora se encontrava no governo de Lula. Tanto no que tange, sobretudo, nesse campo dos movimentos populares, sociais. Isso, de alguma forma, inibiu essa participação mais ativa de cobrança que você tinha, certamente no campo dos movimentos estudantis, que, até hoje, você tem um predomínio... (Professor N em entrevista realizada em 26/06/2017).

Assim como, o Ex-aluno Y comunga com esse mesmo pensamento:

[...] olhe, quando eu saí, em 2005, da universidade, eu já senti um certo enfraquecimento do movimento estudantil. Porque quando Lula entrou no poder, o movimento estudantil meio que se arrefeceu. Ou seja: não tinha mais aquela atuação pujante. Quando tinha, quando era FHC. Porque o governo passou a ser de esquerda. Então não era mais interessante bater no governo. O interessante era cooperar com o governo. E muitas lideranças, que faziam parte do movimento, foram todas elas absorvidas pelo... Governo de Lula, teve gente que, inclusive, abandonou, nem terminou o curso. Tem um caso lá, no curso de ciências sociais. De um amigo meu, que fez parte do DA, era coordenador geral do DA. E chegou a ser coordenador geral do DCE da Rural. A gente tinha tanta moral na minha gestão, que quem indicou o coordenador geral pra fazer parte da gestão seguinte DCE, foi a gente. Teve um período, assim: o último ano de gestão da gente, a gente trabalhou tanto! Tanto! Que a gente aparecia mais na Rural que o próprio movimento estudantil, que o próprio DCE. (Ex-aluno Y em entrevista realizada em 12/08/2017).

Na construção dessa pesquisa não conseguimos registros documentais do DACS, de 2003 até os dias de hoje em relação a grandes participações, agendas e conquistas que fossem



necessárias o registro neste trabalho. Com isso, a participação no movimento estudantil, ligados aos estudantes do Curso de Ciências Sociais, por meio do DACS, continuou a sua trajetória até o momento³² presente, porém sem grandes projetos, lutas ou reivindicações.

O processo de reformulação do PPC em 2012

Em 2011 o Colegiado de Coordenação Didática (CCD) e a Coordenação do Curso de Bacharelado em Ciências Sociais iniciaram o processo de elaboração do novo PPC que seria o terceiro projeto pedagógico a ser implantado. A justificativa era de que o prazo oficial de revisão e reelaboração de um novo PPC estavam vencendo, segundo as bases de diretrizes do MEC. Com isso o NDE (Núcleo Docente Estruturante) da UFRPE, Técnicos administrativos, a equipe pedagógica da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação da UFRPE e alguns discentes se reuniram para uma série de atividades pedagógicas realizadas entre 2011 e 2012, com o objetivo de discutir o Curso de Bacharelado em Ciências Sociais da UFRPE.

O conceito do novo projeto pedagógico de 2012 era objetivar a equidade entre as áreas de Antropologia, Ciência Política e Sociologia no qual verificou-se na grade anterior que havia defasagem entre as áreas, como também, havia interesse que o PPC 2012 do curso de ciências sociais propiciasse uma melhor qualificação profissional ao egresso.

Outro ponto foi a tentativa de corrigir a defasagem em relação às linhas de pesquisa, grupos de estudo e extensão. Outra grande preocupação que foi discutida também durante a reformulação do PPC em 2012, foi a questão da evasão dos estudantes e as dificuldades de elaboração e a concepção do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) pelos discentes.

Contudo uma observação muito importante e histórica na construção do PPC 2012 e sua Matriz Curricular é que pela primeira vez na elaboração de um PPC no Curso de Ciências Sociais da UFRPE, sua elaboração se deu de forma coletiva e democrática por meio de várias reuniões, debates e GTs (Grupos de Trabalho), sendo formado por professores de várias áreas ligadas ao curso, com apoio técnico-administrativo e a colaboração de pedagogos da PREG e do DRCA.

Neste sentido foram criados vínculos importantes entre os docentes de conscientização de que algo no Curso de Bacharelado em Ciências Sociais deveria mudar e com isso melhorar a sua qualidade. Como explica o Professor D:

Então, a coisa começou a andar mesmo quando eu tive clareza sobre quantos grupos de trabalho precisavam ter e sobre o tema de cada um deles. Quando isso se estabeleceu, aí, ficou claro pra mim. Eu pude traçar... vi... e-mail, eu passei

³² O texto foi escrito em 2017.



prás pessoas a ordem do estudo e elas facilmente se identificaram onde gostariam de ficar. Como tava muito aberto os outros grupos, às vezes a pessoa dizia que tava num grupo, mas achava que não era o grupo dela mesmo, aí ia pra outro. Às vezes misturava, tinha dois grupos tratando do mesmo tema, então... Então que eu percebi uma ordem hierárquica dos temas, eu consegui definir os grupos (se eu não me engano foram sete grupos, eu acho). Chamou GT - grupos de trabalho - e as pessoas tiveram clareza sobre a pauta de cada um dos grupos e se tinha identificação com essa pauta. Porque quando eu mandei os grupos, eu mandei os grupos com as pautas (esse grupo trata disso, disso, disso, disso, aquilo...). Então, ficou bem formalizado. E as pessoas, via e-mail, elas se arranjaram. Então, eu tive todo o trabalho de botar isso dentro de uma tabela: quem ficou em cada grupo. Depois que eu botei numa tabela, passava pra todo mundo de novo, pra confirmar, dar um prazo, quem quer continuar, quem não quer... depois eu estabeleci um calendário. Eu fui fazendo um passo-a-passo. E aí foi do meio desse processo que saiu greve. Eu acho que, como duas semanas, que eu comecei a moer mesmo essa questão do PPC, comecei a me dedicar pra valer mesmo com isso, fazendo todo esse trabalho, acho que duas semanas depois começou a greve. Foi a greve de 2012. (Professor D em entrevista realizada em 14/07/2017).

A elaboração do PPC de 2012 foi um processo coletivo onde houve muitas dificuldades e desafios, porém um amadurecimento muito grande relacionado ao corpo docente e o projeto do curso que eles queriam construir democraticamente naquele momento.

Eu tomei a iniciativa de fazer as coisas tudo junto, nunca tomar decisões sozinho, sempre tomar decisões colegiadas, ou de grupos menores, mas sempre o martelo era batido pelo pleno; tinha o pleno, chamado pleno do PPC; tinha os GTs - e os GTs faziam o trabalho de formiguinhas, depois levava o todo pra ser referendado pelo pleno do PPC. E aí, o pleno do PPC solicitava alguma alteração, revisão de alguma coisa e tal, aí voltava para o trabalho de formiga e depois voltava para o pleno depois deliberar de novo. (Professor D em entrevista realizada em 14/07/2017).

A participação dos docentes foi intensa, democrática e muito produtiva, uma verdadeira imersão didático-pedagógica no curso de ciências sociais para a construção do novo PPC em 2012, onde as decisões foram tomadas coletivamente. Que segundo a Professora Q:

O PPC de Ciências Sociais que entrou em vigor em 2013 foi resultado de um amplo processo de debates e estudos. O início do processo coincidiu com a greve de professores em 2012 e muito por isso este foi um trabalho exclusivo naquele momento, em que não havia outras atividades para dividir o tempo e as atenções. Então, tanto a Coordenação como a grande maioria dos professores não só das Ciências Sociais mas de todas as áreas que compunham o Curso, participaram ativamente. Fizemos seminários, grupos de trabalho, reuniões plenárias. Usamos uma metodologia participativa em todos os momentos. (Professora Q em entrevista realizada



em 22/06/2017).

Também foi um marco democrático relativo à produção de um documento determinante para a qualidade e o bom andamento de um curso a nível universitário, que é o projeto pedagógico. Da mesma forma não foi propiciado integralmente a participação aos estudantes do curso de ciências sociais envolvidos nesta transição do novo PPC 2012. A deflagração da Greve nacional dos professores foi um dos motivos de alegação dos discentes não participarem ativamente do processo de construção do novo PPC 2012, como conta o Aluno R:

Eu acredito que, na época, acho que a greve causou um impacto na não participação da gente, muito grande mesmo... pelo menos na minha turma, que era uma turma iniciante. O esfacelamento do grupo. Isso prejudicou bastante a possibilidade da gente participar. E, assim, os professores também, não me pareceu que eles tiveram interesse em abrir esse canal de diálogo. Eles já vieram com a solução pronta. Vieram com essa solução pronta pra gente. E, a gente também, por conta de não ter uma representatividade formal, porque o DACS tava inativo, na época. A gente não teve nem a orientação, nem a força pra se unir e pleitear essa participação. (Aluno R em entrevista realizada em 13/07/2017).

Dessa forma, a participação dos discentes na construção do PPC 2012 foi mínima, por vezes desinteressada, em certa medida por não entenderem de fato, a grandeza do que estava acontecendo no curso. Muitos desses discentes, nem sabiam que a nova Matriz Curricular era proveniente de uma importante mudança no Projeto Pedagógico do Curso. Como explica o Aluno R:

Eu não aderi a mudança de grade, naquela época. Preferi permanecer na grade antiga. Porque a princípio foi, assim, a falta de informação a respeito das mudanças que tavam ocorrendo. A gente ouvia muito falar de mudança de grade, mas não tinha um motivo claro pra nós, alunos. E, também, por conta da retirada de disciplinas que eu considerava importante, principalmente estatística, mas, a despeito de tudo isso que a gente conversou aqui, que tinha as deficiências da grade antiga, também considero que o processo de mudança da grade antiga pra nova não foi o ideal, e a grade nova eu acredito que também não tenha ficado de uma forma ideal que, que ficaria se tivesse uma negociação maior entre universidade e aluno. Entendeu? Mas, mesmo assim, foi um curso que mudou minha cabeça enquanto pessoa. Então, assim, a cinco anos atrás eu era outra pessoa. E o curso, ele me deu uma consciência, assim, de meu lugar no mundo, muito grande. Entendeu? E o que eu senti de deficiência, principalmente, foi, justamente, essa prática maior. Exercitar mais minha participação política dentro da universidade como, também, exercitar mais a prática de pesquisa social; as técnicas do ofício da gente, que a gente tá aprendendo aqui. (Aluno R em entrevista realizada em 13/07/2017).



Por sua vez, os docentes deixaram à margem a participação dos discentes no processo, naturalizando as ausências dos mesmos, talvez por ser para os docentes a produção do PPC 2012, algo também inaugural. Defendo que as práticas pedagógicas são construídas para o desenvolvimento do aprendizado que envolve integralmente o estudante e seu universo na apreensão de sua intelectualidade e saberes e não se pode deixar o aprendiz à margem das deliberações pedagógicas autoritárias. Como Pimenta lembra:

Pensar e praticar à docência tendo o aluno como centro da ação pedagógica e não um ser mais ou menos passivo e inerte, receptáculo amorfo do conhecimento que lhe é transmitido; e, lastbutnotleast,³³ participar de colegiados que democratizam os mecanismos de decisão pedagógica - desde que não se caia no “assembleísmo” que é a exarcebação de práticas democráticas e, por isso mesmo, o seu vício. (PIMENTA, 1985, p.56)

Por fim, após a implantação do PPC em 2012, o curso avançou qualitativamente e quantitativamente. A matriz curricular ficou dividida em dois perfis, contemplando dois turnos, um no período da tarde e o outro no período da noite, porém uma triste realidade ainda atual do curso é que parte dos alunos que não quiseram migrar para nova grade curricular ainda não conseguiram concluir o curso por vários motivos, entre eles divergências na carga horária e nas disciplinas adaptadas à nova grade e pouca assistência e apoio pedagógico a esses discentes por parte da coordenação do curso.

Após de 2012, além do novo PPC, o curso de Ciências Sociais criou visibilidade, respeito e identidade na universidade, por ter suas aulas concentradas em um único prédio, localizado no CEGOE. Outra coisa importante foi ter minimizado, de certa forma, a evasão, como também ter suas turmas relativamente cheias. O novo PPC atingiu alguns objetivos almejados, por meio da equidade, verticalidade e horizontalidade entre as áreas de sociologia, antropologia e a ciência política. Porém na concepção deste projeto pedagógico em 2012, não foi possível contemplar, por restrições do MEC (Ministério da Educação), a questão da união do Bacharelado e a Licenciatura no curso, tão almejada pelos discentes.

Uma questão considerada pelo corpo docente como “uma quebra de braço”, com outro departamento, foi a retirada da disciplina de estatística no PPC 2012. Foi um ponto muito polêmico nas discussões. Defendo que teria sido uma boa oportunidade de adequar a disciplina para as reais necessidades do curso de Ciências Sociais, porém os docentes por meio de votação optaram em retirar a citada disciplina. Por outro lado, há uma reivindicação e queixa dos discentes há muitos anos pela volta da disciplina de estatística, mas não da forma como ela era apresentada aos estudantes e sim de forma adaptada às necessidades

³³ Tradução: Por último mas não menos importante.



voltadas para a pesquisa social quantitativa e qualitativa no curso de Ciências Sociais, pois para os discentes seria uma forma de facilitar a entrada no mercado de trabalho. Marilena Chauí expressa essa visão tão requisitada pelos estudantes:

Os estudantes se queixam da inutilidade dos cursos, da rotina imbecilizadora, das incertezas do mercado de trabalho, da pouca relação entre a universidade e os problemas mais prementes da sociedade. [...] isto é, a inadequação da universidade seja ante o mercado de trabalho, seja ante os anseios do conhecimento, seja ante as exigências sociais, seja ante o desejo de mudança de vida. (CHAUÍ, 2001, p.74)

Por ser o curso de Ciências Sociais na UFRPE, voltado para pesquisa, nada mais importante que otimizar o curso, com importantes práticas, no qual o referido curso possa chegar na excelência profissional dos discentes em pesquisa social por meio dos estudos de estatísticas voltados para as ciências sociais. Como enfatiza Boudieu, Chamboredon, Passeron:

Um ensino da pesquisa que tenha, como projeto expor os princípios de uma prática profissional e inculcar, simultaneamente, uma certa atitude em relação a essa prática, isto é, fornecer os instrumentos indispensáveis ao tratamento sociológico do objeto e, ao mesmo tempo, uma disposição ativa para utilizá-los de forma adequada, deve romper com as rotinas do discurso pedagógico para restituir a força heurística aos conceitos e operações mais completamente “neutralizados” pelo ritual da apresentação canônica. (BOURDIEU, CHAMBOREDON, PASSERON 1999, p.12)

Aqui, nota-se outro ponto, que talvez mereça mais debate, que seria a adaptação do curso ao mercado de trabalho. A esse respeito, aparece no PPC 2012 no item 4.3.4:

O curso formará o estudante de modo a que ele possa inserir-se no mercado de trabalho como profissional versátil, ou seja, com variadas qualidades ou habilidades, podendo aprender e ou realizar diferentes atividades, valorizando as áreas de conhecimento que compõem o curso. O desenvolvimento de tais habilidades ocorre no âmbito do curso com a prática das atividades complementares e do estágio, a monitoria e a pesquisa enquanto iniciação científica. (PPC 2012, p. 15)

A questão com as dificuldades dos estudantes com o Trabalho de Conclusão do Curso (TCC), após 5 anos do novo PPC 2012 até os dias de hoje, ainda não foi superada. Cerca de 52 alunos da grade antiga ainda não conseguiram concluir o curso por dificuldades na



realização do TCC.

Com isso apontamos grandes acertos contemplados no PPC 2012, porém grandes lacunas continuaram abertas, principalmente a participação dos estudantes neste processo. Os docentes se posicionaram de forma integralizada e participativa na construção do novo PPC 2012. Porém em relação a participação dos estudantes no processo, os docentes se posicionaram de forma desinteressada e ausente em relação a importância real da participação dos discentes neste processo.

Importa também ressaltar que o corpo discente se posicionou de maneira não participativa, confusa, distante e desinteressada por não entender na íntegra o que de fato iria mudar na estrutura do curso como um todo. Com isso entre os fatores analisados para a não participação dos discentes estão: a deflagração da greve nacional dos professores em 2012, afastando os alunos da universidade; a desativação do DACS na época; a falta de objetividade dos docentes em explicar de fato aos discentes as mudanças e adaptações da nova matriz curricular em 2012; como também certo desinteresse do corpo docente em integralizar os discentes no processo de construção do PPC 2012.

Considerações finais

No decorrer da nossa imersão nesta pesquisa, nos deparamos com uma certa normalidade por parte dos docentes, que seria a naturalização na defasagem da participação dos discentes, em várias instâncias fundamentais, na mudança do projeto pedagógico do curso em 2012. Pouco se quis ouvir a voz dos discentes que pediam esclarecimentos, a respeito do que estava acontecendo de fato. Dessa forma, pelo simples fato dos docentes não escutarem suas vozes ecoarem nesse processo, apaticamente e talvez inconscientemente os discentes ficaram à margem da participação nas discussões do novo PPC.

Passados cinco anos, em 2017, após a mudança do projeto pedagógico, muitos desses discentes, ainda não entenderam o processo em sua totalidade, no que diz respeito a mudança da matriz curricular, como também muitos desses discentes não conseguiram concluir o curso.

Uma grande dificuldade na pesquisa de campo, durante as entrevistas semi-estruturadas, com esses discentes, foi tentarmos entender o que nem eles de fato tinham capacidade para nos explicar. Os discentes em sua maioria não sabiam que além da mudança da matriz curricular, houve também a mudança no Projeto Pedagógico do Curso.

Em 2017, a coordenação nos confirmou a ciência da necessidade de uma nova atualização do PPC, onde essa atualização seria a oportunidade dos discentes e seu órgão de representação o DACS, se dedicar ao exercício da participação, com o objetivo de criar pautas,



eventos e seminários convidando todos os sujeitos do curso a uma equilibrada participação no âmbito da universidade e com isso repensar o curso e atualizá-lo às realidades e demandas atuais da sociedade; e do mercado de trabalho.

Menciono ainda, que faz-se necessário repensar a função e atuação do DACS, pois ele é uma forma institucionalizada na representação do corpo discente. Importa verificar suas pautas, sua visão de pensar o curso, onde seja pautada uma agenda propositiva e dinâmica, que norteie as reais necessidades do Curso de Ciências Sociais na UFRPE e as reais preocupações e reivindicações dos discentes.

O corpo docente na reformulação do PPC 2012 decidiu qual a morada que de fato eles queriam ter no curso de Ciências Sociais, e nesse momento atual os discentes, juntamente com docentes e técnicos, têm uma grande oportunidade de decidir qual a morada que eles vão querer construir no próximo Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Ciências Sociais na UFRPE.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. - **A profissão de sociólogo: preliminares epistemológicas**. Petrópolis, RJ: Ed.Vozes, 1999.

CHAUÍ, Marilena. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e educação**. São Paulo: Cortez, 1992.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Edições Loyola, 6ª edição 2007.

MESQUITA, Marcos Ribeiro. **Identidade, cultura e política: os movimentos estudantis na contemporaneidade**. Maceió: EDUFAL, 2009.

MINAYO, Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social**. Teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

PIMENTA, Aluísio. **Universidade: a destruição de uma experiência democrática**. Petrópolis: Editora vozes, 1985, 2ª edição.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO. Coordenação do Curso de Bacharelado em Ciências Sociais. **Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Ciências Sociais**. Recife, 2012.